Processo nº 542/2021

(Autos de Recurso Civil e Laboral)

Data: **16 de Setembro de 2021**

Recorrente: **A**

Recorrida: **B, S.A.**

*

**ACORDAM OS JUÍZES DO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA
RAEM:**

I. RELATÓRIO

A, com os demais sinais dos autos,

vem instaurar acção declarativa em processo comum do trabalho contra

B S.A., com os demais sinais dos autos,

Pedindo a condenação desta a pagar-lhe a quantia global de MOP221.010,00
acrescida dos juros legais até integral e efectivo pagamento.

Proferida sentença, foi a Ré condenada a pagar ao Autor a quantia global de
MOP121.446,55 sendo:

- **MOP\$60,370.67** pela prestação de, pelo menos, 30 minutos de trabalho para além do
período normal diário por cada dia de trabalho efectivo (relativo ao período de **15/11/2011 a
31/12/2019**);

- **MOP\$34,483.94** a título de descanso compensatório não gozado pela prestação de trabalho extraordinário (relativo ao período de **15/11/2011 a 31/12/2019**);

- **MOP\$13,420.97** pelo trabalho prestado em dia de descanso semanal (relativo ao período de **15/11/2011 a 31/12/2019**);

- **MOP\$13,170.97** a título de descanso compensatório não gozado pelo trabalho prestado em dia de descanso semanal (relativo ao período de **15/11/2011 a 31/12/2019**).

Às quantias supra mencionadas acrescerão juros moratórios à taxa legal a contar da data da sentença que procede à liquidação do quantum indemnizatório até integral e efectivo pagamento.

Absolve-se no mais a Ré do pedido.

Não se conformando com a decisão proferida na parte relativa à condenação da Ré no pagamento da compensação devida pelo trabalho prestado em dia de descanso semanal, uma vez que a forma de cálculo usada se distancia da que tem vindo a ser usada por este Tribunal de Segunda Instância, vem o Autor interpor recurso, formulando as seguintes conclusões e pedidos:

- 1) Versa o presente recurso sobre a dita Sentença na parte relativa à condenação da Ré (B) no pagamento ao Autor do trabalho prestado em dia de *descanso semanal* (isto é, trabalho prestado após seis dias de trabalho consecutivo em cada período de sete dias de trabalho) à luz da Lei n.º 7/2008.
- 2) Pelas razões que adiante melhor se expõem, está o Recorrente em crer que a dita Sentença enferma de um erro de aplicação de direito quanto à concreta *forma de cálculo* utilizada e, deste modo, se mostra em violação ao disposto no art. 42.º da Lei n.º 7/2008, razão pela qual se impõe que a mesma seja substituída por outra que decida em conformidade com a melhor interpretação a conferir ao referido preceito legal;

Em concreto,

- 3) Entendeu o Tribunal a quo que a Nova Lei das Relações de Trabalho admite que o gozo do período de descanso possa não ter frequência semanal e, como tal, a concessão do dia de descanso possa ocorrer em cada 8.º dia após a prestação pelo Autor de 7 (sete) dias de trabalho consecutivo - razão pela qual considerou que os dias que o Autor gozou no 8.º dia são considerados como sendo dias de descanso semanal, razão pela qual o Autor apenas terá direito a receber a diferença entre os dias de dispensa ao 8.º dia já gozados e os dias que faltou gozar ao 7.º dia a título de descanso semanal;
- 4) Ora, salvo o devido respeito, em caso algum pode o ora Recorrente se conformar com tal juízo decisório;
- 5) Em primeiro lugar, **não resulta da Nova Lei das Relações de Trabalho que a concessão de um dia de descanso (leia-se, de dispensa) em cada 8.º dia (após a prestação pelo Autor de 7 dias de trabalho consecutivo) possa ser considerado como sendo um dia de *descanso semanal***;
- 6) Em segundo lugar, contrariamente ao avançado pelo Tribunal a quo, **não resulta da matéria de facto assente** (nem foi sequer alegado pela Ré nos articulados) **que a actividade desenvolvida pela Ré, por si só, “torne inviável” o gozo pelo Autor** (e pelas demais centenas de guardas de segurança) **um dia de descanso semanal em cada período de sete dias, isto é que possa não ter uma frequência semanal**;
- 7) Trata-se, de resto, de uma situação (leia-se, interpretação) que foi já anteriormente apreciada pelo douto Tribunal de Recurso, nos termos da qual se entendeu que:

“(…) uma coisa é a continuidade das actividades de casino, outra coisa é a inviabilidade de assegurar aos seus guardas de segurança o gozo de um descanso de vinte e quatro horas consecutivas num período de sete dias.

Não podemos aceitar que, dado o número gigantesco, que aliás é facto notório, dos elementos do pessoal de segurança da B, como é que não é viável mobilizá-los

por forma a conciliar o normal funcionamento dos casinos com a não prestação de serviço por um número razoável dos guardas de segurança durante apenas vinte e quatro horas em cada período de sete dias!

Aliás, se é viável, (...) o gozo pelo Autor de um dia de descanso ao oitavo dia, não se vê por quê motivo não é viável o gozo do tal dia ao sétimo dia!

De qualquer maneira, o dito oitavo dia que o Autor gozou nunca é qualificável como descanso semanal a que se refere o art. 42.º da Lei n.º 7/2008 (...) (Cfr. o Ac. do TSI n.º 944/2020).

- 8) E a ser assim, salvo o devido respeito, em caso algum se justifica que aquando do apuramento dos dias de *descanso semanal* a que o Autor tem direito, o douto Tribunal *a quo* tivesse procedido ao “desconto” dos dias de *dispensa* gozados pelo Autor em cada oitavo dia após a prestação de sete dias de trabalho consecutivo em cada semana, tratando-os como se fossem dias de *descanso semanal*, porque em manifesta contradição com a letra e com o espírito do art. 42.º, n.º 2 da Lei n.º 7/2008.
- 9) De onde, resultando da matéria de facto provada, que:
“Entre 15/11/2009 a 20/07/2015, o Autor prestou 159 dias de trabalho ao sétimo dia, após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho”;
“Entre 21/07/2015 a 20/07/2018, o Autor prestou 127 dias de trabalho ao sétimo dia, após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho”;
“Entre 21/07/2018 a 31/12/2019, o Autor prestou 59 dias de trabalho ao sétimo dia, após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho”.
- 10) Impõe-se a condenação da Ré a pagar ao Autor a quantia de **Mop\$92,372.97** – e não só de apenas Mop\$13,420.97 conforme resulta da Decisão em crise;
- 11) A não se entender assim, está o Recorrente em crer ter existido uma *errada* aplicação da norma em questão (leia-se, do n.º 2 do art. 42.º da Lei n.º 7/2008) pelo Tribunal de Primeira Instância, o que em caso algum poderá deixar de

conduzir, nesta parte, à sua nulidade, devendo ser substituída por outra que decida em conformidade com o referido preceito legal, o que desde já e para os legais e devidos efeitos se invoca e requer.

Nestes termos e nos mais de Direito que V. Exas. encarregar-se-ão de suprir, deve a dita Sentença ser julgada *nula* e substituída por outra que atenda às *fórmulas de cálculo* tal qual formuladas pelo Autor na sua Petição Inicial e relativas ao trabalho prestado em dia de *descanso semanal*, assim se fazendo a já costumada JUSTIÇA!

Contra-alegando veio a Recorrida pugnar para que fosse negado provimento ao recurso, apresentando as seguintes conclusões:

- I. Veio o Autor, ora Recorrente, insurgir-se contra a decisão proferida pelo Tribunal Judicial de Base no que respeita à atribuição ao Recorrente de uma compensação reclamada pelo mesmo a título de trabalho prestado em dia de *descanso semanal* (*isto é, pelo trabalho prestado após seis dias de trabalho consecutivo em cada período de sete dias de trabalho*), por entender que a sobredita decisão enferma de erro de aplicação de Direito quanto à concreta forma de cálculo da sobredita compensação e, nessa medida, mostra-se em violação do preceituado no n.º 2 do art.º 42.º da lei n.º 7/2008.
- II. Com o *mui* devido respeito, quanto à forma de cálculo adoptada pelo Tribunal *a quo* para apuramento da compensação pelo trabalho prestado em dias de descanso semanal nada há nada a apontar à Decisão Recorrida, onde é feita uma correcta interpretação e aplicação do preceituado no n.º 2 do art.s 42.º da lei n.º 7/2008.
- III. Alega o Recorrente que o Tribunal *a quo* terá procedido a uma interpretação menos correcta do disposto no n.º 2 do artigo 42.º da lei n.º 7/2008 por ter condenado a Ré, ora Recorrida, a pagar ao Autor apenas a quantia de MOP\$13,420.97 pelo trabalho prestado em dia de descanso semanal (*isto é, pelo trabalho prestado após seis dias de trabalho consecutivo em cada período de sete dias de trabalho*) em vez do valor de MOP\$92,372.97, uma vez que não resulta da

lei n.º 7/2008 que a concessão ao trabalhador de um dia de descanso ao 8º dia possa ser considerado como descanso semanal e não ficou provado, nem foi alegado pela Ré nos articulados, que a actividade desenvolvida pela Ré, por si só, torne inviável, o gozo pelo Autor do descanso semanal em cada período de sete dias.

- IV. Não assiste razão ao Recorrente pois nada há a apontar à decisão proferida nesta parte pelo douto Tribunal Judicial de Base.
- V. Diga-se, desde logo que, quanto à actividade da empresa a mesma é pública e notória - é actividade de Casino e de laboração contínua -, ou seja, de vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, como o Recorrente bem sabe pois foi guarda de segurança de um casino, pelo que não haveria necessidade de fazer mais qualquer outra prova nos autos.
- VI. Nem se diga que pela matéria dada como provada nos pontos 15 a 17 da sentença pois bem sabe o Recorrente porque alegou nos artigos 27º, 41º e 55º da sua petição inicial que após sete dias de trabalho consecutivo o Autor Recorrente gozava um período de vinte e quatro horas de descanso, o que foi confirmado pela testemunha ouvida em audiência de discussão e julgamento e ainda conforme consta da fundamentação na resposta dada à matéria de facto.
- VII. Assim, se o Recorrente gozou efectivamente de um dia de dispensa ao trabalho em cada oitavo dia, o cômputo efectuado a final pelo douto Tribunal a quo de compensar o Recorrente em 50 dias de trabalho prestado ao sétimo dia de trabalho consecutivo entre 15/11/2011 e 31/12/2019, não poderia ter sido calculado de modo diferente pois,
- VIII. No que respeita às compensações pelos dias de descanso semanal, com a entrada em vigor em 01/01/2009 da Lei n.º 7/2008, o legislador deixou de exigir o gozo consecutivo do descanso semanal por cada quatro semanas, conforme se prevê no n.º 2 do art.º 42º da Lei n.º 7/2008, isto é: «o gozo do período de descanso

*pode não ter frequência semanal em caso de **acordo entre as partes ou quando a natureza da actividade da empresa o torne inviável**, casos em que o trabalhador tem direito a gozar um período de descanso remunerado de quatro dias por cada quatro semanas.».*

IX. Sendo que, dispõe o art.s 43º, n.ºs 1, 2 e 4 do mesmo diploma: *«1. O empregador pode determinar que o trabalhador preste trabalho em dia de descanso, **independentemente do seu consentimento**, quando: (...) 3) **Quando a prestação do trabalho seja indispensável para garantir a continuidade do funcionamento da empresa**. 2. A prestação de trabalho nos termos do número anterior confere ao trabalhador a direito a gozar um dia de descanso compensatório, fixado pelo empregador, dentro dos trinta dias seguintes ao da prestação de trabalho e o direito a: 1) Auferir um acréscimo de um dia de remuneração de base ou gozar, dentro de trinta dias, um dia de descanso compensatório para os trabalhadores que auferem uma remuneração mensal; 4. Caso não goze o dia de descanso compensatório prevista no número anterior, o trabalhador tem direito a: 1) Auferir um acréscimo de um dia de remuneração de base, para os trabalhadores que auferem uma remuneração mensal».*

X. No caso dos autos e como supra se referiu, a Lei admite a concessão do descanso em cada oitavo dia como descanso semanal nos termos do n.º 2 do art.º 42º da Lei n.º 7/2008.

XI. Ora, conforme o alegado pelo Recorrente nos artigos 56º e 61º da Contestação, e como supra se referiu, por razões associadas às exigências do funcionamento da respectiva empresa, bem como, em função da natureza do sector de actividade da ora Recorrente - Casino - que é de laboração contínua, poderá o empregador ter a necessidade de fixar e atribuir esses dias de descanso semanal não ao sétimo dia, mas num outro dia do mês.

XII. Nesta medida, verificando-se no caso *sub judice* uma das situações previstas no n.º

2 do artigo 42º da Lei n.º 7/2008 e resultando da matéria de facto dado como provada que o Recorrente descansou ao 8º dia, bem andou o douto Tribunal *a quo* ao atribuir ao Recorrente de uma compensação de MOP\$13,420.97.

Foram colhidos os vistos.

Cumpre, assim, apreciar e decidir.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. FACTOS

A sentença recorrida deu por assente a seguinte factualidade:

1. Desde, pelo menos, 15/11/2011 até 31/12/2019 o Autor esteve ao serviço da Ré (B), prestando funções de “guarda de segurança”, enquanto trabalhador não residente. (A)
2. O Autor sempre respeitou os períodos e horários de trabalho fixados pela Ré.
3. Entre 15/11/2011 a 20/07/2015 a Ré (B) pagou ao Autor a quantia de MOP\$7,500.00, a título de salário de base mensal. (B)
4. Entre 21/07/2015 a 20/07/2018, a Ré pagou ao Autor a quantia de MOP\$7,785.00, a título de salário de base mensal. (C)
5. Entre 21/07/2018 a 31/12/2019, a Ré pagou ao Autor a quantia de MOP\$10,000.00, a título de salário de base mensal. (D)
6. Entre 15/11/2011 a 31/12/2019, o Autor gozou de dias de férias anuais por cada ano civil e de dias de dispensa ao trabalho não remunerados, nomeadamente

durante o período entre 15/12/2012 a 29/12/2012, 02/11/2013 a 21/11/2013, 24 dias em 2014, 12/11/2015 a 12/12/2015, 26/07/2016 a 18/08/2016, 22/08/2017 a 14/09/2017, 13/11/2018 a 06/12/2018, 20/05/2019 a 21/05/2019, 22/10/2019 a 14/11/2019. (1.º)

7. Entre 15/11/2011 a 31/12/2019, por ordem da Ré, o Autor estava obrigado a comparecer no seu local de trabalho, devidamente uniformizado, com, pelo menos, 30 minutos de antecedência relativamente ao início de cada turno. (2.º)
8. Durante o referido período de tempo, tinha lugar um briefing (leia-se, uma reunião) entre o Team Leader (leia-se, Chefe de turno) e os “guardas de segurança”, na qual eram inspeccionados os uniformes de cada um dos guardas e distribuído o trabalho para o referido turno, mediante a indicação do seu concreto posto dentro do Casino. (3.º)
9. Entre 15/11/2011 a 20/07/2015 o Autor compareceu ao serviço da Ré (B) com 30 minutos de antecedência relativamente ao início dos 1092 dias/turnos que prestou para a Ré, tendo permanecido às ordens e às instruções dos seus superiores hierárquicos. (4.º)
10. Entre 21/07/2015 a 20/07/2018 o Autor compareceu ao serviço da Ré (B) com 30 minutos de antecedência relativamente ao início dos 890 dias/turnos que prestou para a Ré, tendo permanecido às ordens e às instruções dos seus superiores hierárquicos. (5.º)
11. Entre 21/07/2018 a 31/12/2019 o Autor compareceu ao serviço da Ré (B) com 30 minutos de antecedência relativamente ao início dos 420 dias/turnos que prestou para a Ré, tendo permanecido às ordens e às instruções dos seus superiores hierárquicos. (6.º)
12. A Ré nunca pagou ao Autor qualquer quantia pelo período de 30 minutos que antecedia o início de cada turno. (7.º)

13. A Ré nunca conferiu ao Autor o gozo de um descanso adicional remunerado, proporcional ao período de trabalho prestado. (8.º)
14. Entre 15/11/2011 a 31/12/2019, o Autor prestou a sua actividade de segurança para a Ré (B) num regime de turnos rotativos de sete dias de trabalho consecutivos, a que se seguia um período de vinte e quatro horas de descanso, em regra no oitavo dia, que antecedia a mudança de turno. (9.º)
15. Entre 15/11/2011 a 20/07/2015, o Autor prestou 159 dias de trabalho ao sétimo dia, para a Ré (B) após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho. (10.º)
16. Entre 21/07/2015 a 20/07/2018, o Autor prestou 127 dias de trabalho ao sétimo dia, para a Ré (B) após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho. (11.º)
17. Entre 21/07/2018 a 31/12/2019, o Autor prestou 59 dias de trabalho ao sétimo dia, para a Ré (B) após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho. (12.º)
18. Entre 15/11/2011 a 31/12/2019 a Ré (B) nunca pagou ao Autor qualquer acréscimo salarial pelo trabalho prestado em cada um dos sétimos dias, após a prestação de seis dias de trabalho consecutivo. (13.º)
19. Entre 15/11/2011 a 20/07/2015, a Ré (B) faltou fixar ao Autor 22 dias de descanso compensatório, em sequência do trabalho prestado em dia de descanso semanal.
Entre 21/07/2015 a 20/07/2018, a Ré (B) faltou fixar ao Autor 18 dias de descanso compensatório, em sequência do trabalho prestado em dia de descanso semanal.
Entre 21/07/2018 a 31/12/2019, a Ré (B) faltou fixar ao Autor 9 dias de descanso compensatório, em sequência do trabalho prestado em dia de descanso semanal.
(14.º)

2. DO DIREITO

O objecto do presente recurso versa sobre o cálculo da indemnização devida pelo trabalho prestado em dia de descanso semanal entre 15.11.2011 e 31.12.2019.

Vejamos então.

1. Cálculo da indemnização devida pelo trabalho prestado em dia de descanso semanal entre 15.11.2011 e 31.12.2019.

Sobre esta questão na decisão recorrida diz-se o seguinte:

Compensação pelo trabalho prestado após seis dias de trabalho consecutivo em cada período de sete dias (Compensação pelo trabalho prestado em dia de descanso semanal)

O Autor ainda pretende ser indemnizado pelo trabalho prestado em dia de descanso semanal no período decorrido entre 15/11/2011 a 31/12/2019.

Ficou provado que o Autor prestou a sua actividade de segurança para a Ré (B) num regime de turnos rotativos de sete dias de trabalho consecutivos, a que se seguia um período de vinte e quatro horas de descanso compensatório, em regra no oitavo dia, que antecedia a mudança de turno.

Com entrada em vigor da Lei n.º 7/2008 desde 1 de Janeiro de 2009, o seu artigo 42.º, n.º 1 prevê que, *o trabalhador tem direito a gozar um período de descanso remunerado de vinte e quatro horas consecutivas por semana.*

Contudo, o n.º 2 do mesmo artigo dispõe que, *o gozo do período de descanso pode não ter frequência semanal em caso de acordo entre as partes ou quando a natureza da*

actividade da empresa o torne inviável, casos em que o trabalhador tem direito a gozar um período de descanso remunerado de quatro dias por cada quatro semanas.

É verdade que ficaram provados que,

- Entre 15/11/2011 a 20/07/2015, o Autor prestou 159 dias de trabalho ao sétimo dia, para a Ré (B) após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho.
- Entre 21/07/2015 a 20/07/2018, o Autor prestou 127 dias de trabalho ao sétimo dia, para a Ré (B) após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho.
- Entre 21/07/2018 a 31/12/2019, o Autor prestou 59 dias de trabalho ao sétimo dia, para a Ré (B) após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho.

Os números de dias referidos são calculados com base do regime de trabalho do Autor e dos dias de férias anuais e/ou de dispensa ao trabalho gozados pelo Autor (*Cfr. Fundamentação na resposta à matéria de facto*).

De acordo com o artigo 567.º do CPC, o juiz não está sujeito às alegações das partes no tocante à indagação, interpretação e aplicação das regras de direito.

Tendo em conta a natureza do sector de actividade (guarda de segurança no casino), o gozo do período de descanso pode não ter frequência semanal, mas o Autor ainda tem direito a gozar um período de descanso remunerado de quatro dias por cada quatro semanas, nos termos do artigo 42.º, n.º2 da Lei n.º 7/2008.

De acordo com o artigo 43.º, n.º2, al. 1) da Lei n.º 7/2008¹, *a prestação de trabalho nos termos do número anterior confere ao trabalhador o direito a gozar um dia de descanso compensatório, fixado pelo empregador, dentro dos trinta dias seguintes ao da prestação de trabalho, e o direito a auferir um acréscimo de um dia de remuneração de base ou gozar, dentro de trinta dias, um dia de descanso compensatório para os trabalhadores que auferem uma remuneração mensal.*

Pelo que, segundo a fórmula (Salário diário) x (n.º de dias que o Autor tem direito a gozar – n.º de dias que o Autor já gozou), o Autor tem direito a receber:

¹ Não se aplica, no caso em apreço, a alteração pela Lei n.º 8/2020, nos termos do artigo 5.º, parte final, da mesma Lei.

Período	Salário diário	N.º de dias não gozados ²	Quantia indemnizatória
15/11/2011 a 20/07/2015	MOP\$250.00	23=(1344-68)/7-159	MOP\$5,750.00
21/07/2015 a 20/07/2018	MOP\$259.50	18=(1096-79)/7-127	MOP\$4,671.00
21/07/2018 a 31/12/2019	MOP\$333.33	9=(529-50)/7-59	MOP\$2,999.97

Assim num total de MOP\$13,420.97.

Ainda ficou provado a matéria de facto a seguintes:

- Entre 15/11/2011 a 20/07/2015, a Ré (B) faltou fixar ao Autor 22 dias de descanso compensatório, em sequência do trabalho prestado em dia de descanso semanal.
- Entre 21/07/2015 a 20/07/2018, a Ré (B) faltou fixar ao Autor 18 dias de descanso compensatório, em sequência do trabalho prestado em dia de descanso semanal.
- Entre 21/07/2018 a 31/12/2019, a Ré (B) faltou fixar ao Autor 9 dias de descanso compensatório, em sequência do trabalho prestado em dia de descanso semanal.

Contudo, só pode agora fixar uma compensação económica, pelo que, entende o Tribunal ser de atribuir de modo a ser-lhe concedido um montante equivalente a um dia de salário:

Período	Salário diário	N.º de dias de descanso compensatório não gozados	Quantia indemnizatória
15/11/2011 a 20/07/2015	MOP\$250.00	22	MOP\$5,500.00

² Segundo a fórmula: (n.º de dias calendários – n.º de dias de férias anuais e de dispensa ao trabalho) /7 (por o trabalhador tem direito a gozar um dia de descanso semanal em cada semana) – n.º de dias que o Autor já gozou. (Cfr. *Fundamentação na resposta à matéria de facto*)

21/07/2015 a 20/07/2018	MOP\$259.50	18	MOP\$4,671.00
21/07/2018 a 31/12/2019	MOP\$333.33	9	MOP\$2,999.97

O que dá o montante de MOP\$13,170.97.

Contudo, o entendimento deste tribunal diverge daquele que se seguiu na decisão recorrida.

Quanto a esta matéria de relevante o que se provou foi que:

14. Entre 15/11/2011 a 31/12/2019, o Autor prestou a sua actividade de segurança para a Ré (B) num regime de turnos rotativos de sete dias de trabalho consecutivos, a que se seguia um período de vinte e quatro horas de descanso, em regra no oitavo dia, que antecedia a mudança de turno. (9.º)
15. Entre 15/11/2011 a 20/07/2015, o Autor prestou 159 dias de trabalho ao sétimo dia, para a Ré (B) após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho. (10.º)
16. Entre 21/07/2015 a 20/07/2018, o Autor prestou 127 dias de trabalho ao sétimo dia, para a Ré (B) após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho. (11.º)
17. Entre 21/07/2018 a 31/12/2019, o Autor prestou 59 dias de trabalho ao sétimo dia, para a Ré (B) após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho. (12.º)
18. Entre 15/11/2011 a 31/12/2019 a Ré (B) nunca pagou ao Autor qualquer acréscimo salarial pelo trabalho prestado em cada um dos sétimos dias, após a prestação de seis dias de trabalho consecutivo. (13.º)
19. Entre 15/11/2011 a 20/07/2015, a Ré (B) faltou fixar ao Autor 22 dias de descanso compensatório, em sequência do trabalho prestado em dia de descanso semanal. Entre 21/07/2015 a 20/07/2018, a Ré (B) faltou fixar ao Autor 18 dias de descanso compensatório, em sequência do trabalho prestado em dia de descanso semanal.

Entre 21/07/2018 a 31/12/2019, a Ré (B) faltou fixar ao Autor 9 dias de descanso compensatório, em sequência do trabalho prestado em dia de descanso semanal. (14.º)

Tem sido entendimento deste Tribunal de Segunda Instância, de forma unânime, que o trabalho prestado ao sétimo após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho em cada semana deve ser qualificado como trabalho prestado no dia do descanso semanal, não obstante o Autor ter gozado um dia de descanso ao oitavo dia.

«A razão de ser consiste em “o trabalhador não pode prestar mais do que seis dias de trabalho consecutivos, devendo o dia de descanso ter lugar, no máximo, no sétimo dia, e não no oitavo, nono ou noutro dia do mês, salvo acordo das partes em sentido contrário, no que toca ao momento de descanso a título de “compensação”, mas o critério para este efeito é sempre o período de sete dias como uma unidade” (cfr. Ac. do TSI, Proc. nº 89/2020, de 16/04/2020).

Por outro lado, *“(…) uma coisa é a continuidade das actividades de casino, outra coisa é a inviabilidade de assegurar aos seus guardas de segurança o gozo de um descanso de vinte e quatro horas consecutivas num período de sete dias.*

Não podemos aceitar que, dado o número gigantesco, que aliás é facto notório, dos elementos do pessoal de segurança da B, como é que não é viável mobilizá-los por forma a conciliar o normal funcionamento dos casinos com a não prestação de serviço por um número razoável dos guardas de segurança durante apenas vinte e quatro horas em cada período de sete dias!

Aliás, se é viável, (...) o gozo pelo Autor de um dia de descanso ao oitavo dia, não se vê por quê motivo não é viável o gozo do tal dia ao sétimo dia!

De qualquer maneira, o dito oitavo dia que o Autor gozou nunca é qualificável como descanso semanal a que se refere o art. 42.º da Lei n.º 7/2008 (...)» (Cfr. o Ac. do TSI n.º 944/2020).

Assim, o descanso remunerado do trabalhador no oitavo dia não pode ser qualificado como descanso semanal sem acordo das partes ou quando a natureza da actividade da empresa não torne inviável o gozo no sétimo dia, antes deve ser qualificado como dia de descanso compensatório pelo trabalho prestado no dia de descanso semanal a que se alude o n.º 2 do art.º 43º da Lei nº 7/2008» - Cit. do Acórdão deste TSI de hoje proferido no processo nº 486/2021 -.

Pelo que, segundo a fórmula (Salário diário) x (n.º de dias que o Autor prestou serviços), o Autor tem direito a receber:

Período	Salário diário	N.º de dias não gozados	Quantia indemnizatória
15/11/2011 a 20/07/2015	MOP250.00	159	MOP39.750.00
21/07/2015 a 20/07/2018	MOP259.50	127	MOP32.956,50
21/07/2018 a 31/12/2019	MOP333.33	59	MOP19.666,47
Total			MOP92.372,97

Assim sendo, no que a este pedido concerne tem o Autor direito a ser indemnizado pelo valor de MOP92.372,97, sendo de conceder provimento ao recurso.

III. DECISÃO

Nestes termos e pelos fundamentos expostos decide-se em conceder provimento ao recurso interposto pelo Autor, revogando a sentença recorrida na parte respeitante à compensação pelo trabalho prestado em dia de descanso semanal no montante de MOP13.420,97 relativo ao período de 15/11/2011 a 31/12/2019, condenando em substituição a Ré por essa razão a pagar ao Autor o montante de MOP92.372,97 pelo trabalho prestado em dia de descanso semanal relativo ao período de 15/11/2011 a 31/12/2019, acrescido dos juros moratórios fixados nos termos daquela decisão a qual em tudo o mais se mantém.

Custas pela Ré/Recorrida.

Registe e Notifique.

RAEM, 16 de Setembro de 2021

Rui Pereira Ribeiro

Lai Kin Hong

Fong Man Chong